

SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO

Sede / Lajeado (RS) - CNPJ 91.162.511/0001-65 - Declarada de Utilidade Pública - Decreto Federal nº000624-2100/720

Entidade Filantrópica - Reg. no CNSS(CNAS) sob nº 22522/87 - Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos Conforme Portaria N° 2.180 de 21/12/2016

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Sr.(as) Associados (as)

Submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Geral e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 com os Pareceres do Conselho Fiscal e do Auditor Independente, demonstrando os fatos relevantes do período. A Diretoria permanece à sua disposição para quaisquer informações que julgarem necessárias.

Lajeado, 29 de Março de 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	NE	R\$		PASSIVO	NE	R\$	
		2020	2019			2020	2019
CIRCULANTE		43.442.894,24	34.098.245,23	CIRCULANTE	10	26.172.928,68	27.258.607,71
CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA		10.952.051,43	929.030,11	Fornecedores		6.795.273,22	7.762.003,42
Caixa		113.631,48	85.721,02	Fornecedores Serviços		4.004.337,88	3.425.122,49
Bancos Conta Movimento		382.872,89	473.366,00	Empréstimos Financeiros		5.792.765,04	7.487.845,51
Aplicações Financeiras		10.455.547,06	389.923,09	Obrigações Trabalhistas		2.293.297,55	2.243.907,64
				Obrigações Tributárias		944.605,26	921.875,86
				Outras Obrigações a Curto Prazo		2.555.528,01	1.841.020,81
				Provisões		3.787.121,72	3.576.831,98
CRÉDITOS		27.917.769,82	30.993.758,91				
Cheques a Receber		247.631,13	164.282,34				
Créditos de Funcionários		197.382,67	246.140,60				
Convênios a Receber		20.853.253,53	21.448.168,17				
Convênios Particulares		805.815,37	739.819,96				
Contribuições e Subvenções		2.217.549,36	2.283.915,93				
Créditos a Recuperar		73.249,78	1.837,61				
Adiantamento a Fornecedores		2.979.728,56	1.159.946,93				
Outros Devedores	4	376.996,21	4.695.675,41				
Cartões de Crédito		392.559,76	266.251,57				
(-) Provisão p/ Impairment de Contas a Rec.		(26.396,55)	(12.279,61)				
ESTOQUES	5	4.503.763,18	2.107.368,94				
Estoque		4.503.763,18	2.107.368,94				
DESPESAS ANTECIPADAS	6	69.309,81	68.087,27				
Despesas Exercício Seguinte		69.309,81	68.087,27				
NÃO CIRCULANTE		70.831.945,75	70.951.246,61	NÃO CIRCULANTE		38.906.243,42	40.371.637,21
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7	3.074.336,52	3.489.059,80	Instituições Financeiras		26.686.581,58	28.837.140,91
Depósitos para Recursos		39.873,19	39.873,19	Adiantamentos para Venda		196.830,58	196.830,58
Investimentos Financeiros		282.266,00	679.135,50	Outras Obrigações	18	7.683.700,55	6.641.054,83
Aplicação Financ. p/ Aquisição de Imobil.		4.718,28	1.608,74	Auxílios, Subvenções e Doações		4.339.130,71	4.696.610,89
Despesas a Apropriar		116.316,68	137.280,00				
Processos a Receber		2.631.162,37	2.631.162,37	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	49.195.667,89	37.419.246,92
				Patrimônio Social		1.529.296,58	(1.046.530,00)
INVESTIMENTOS	7	2.385.072,66	1.854.802,31	Ajuste de Avaliação Patrimonial		35.857.152,95	35.857.152,95
Investimentos		2.385.072,66	1.854.802,31	Superávit / Déficit do Exercício	12	11.979.470,67	893.972,73
				Auxílios, Subvenções e Doações		32.797,39	32.797,39
IMOBILIZADO	8	65.084.574,46	65.138.751,06	Ajustes dos Exercícios Anteriores	20	(203.049,70)	1.681.853,85
Imóveis de Uso		66.134.813,61	65.184.998,59				
Bens de Uso		36.010.461,79	33.005.891,87				
(-) Depreciações Acumuladas		(37.060.700,94)	(33.052.139,40)				
INTANGÍVEL	8	287.962,11	468.633,44				
Bens Intangíveis		1.159.009,02	1.196.504,88				
(-) Amortizações		(871.046,91)	(727.871,44)				
		114.274.839,99	105.049.491,84			114.274.839,99	105.049.491,84

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Lajeado, 29 de Março de 2021.


João Batista Gravina
Presidente
CPF 262.450.270-04


Alexander Kramer Guimarães
Contador CRC/RS 078.259/O-0

SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO

Sede / Lajeado (RS) - CNPJ 91.162.511/0001-65 - Declarada de Utilidade Pública - Decreto Federal nº000624-2100/720

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO (EM REAIS)		
RECEITAS OPERACIONAIS:	2020	2019
Prestação de Serviços Hospitalares	107.175.631,28	108.279.944,19
(-) Deduções da Receita	(404.511,88)	(243.985,03)
(-) Gratuidades	(30.200,38)	-
RECEITA LÍQUIDA	106.740.919,02	108.035.959,16
DESPESAS OPERACIONAIS	(122.457.947,45)	(113.641.130,57)
(-) Despesas Com Pessoal	(29.955.507,04)	(27.800.420,37)
(-) Encargos Sociais e Trabalhistas	(5.819.336,18)	(5.754.646,07)
(-) Provisões Trabalhistas	(6.470.040,66)	(5.992.492,90)
(-) Serviços de Terceiros	(38.531.890,89)	(37.588.105,86)
(-) Medicamentos e Materiais	(26.373.362,68)	(23.159.858,29)
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(10.835.499,94)	(8.891.775,70)
(-) Encargos de Depreciação	(4.458.193,12)	(4.481.423,29)
(-) Provisões Créditos Liquidação Duvidosa	(14.116,94)	27.591,91
RESULTADO BRUTO	(15.717.028,43)	(5.605.171,41)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	31.504.496,71	11.439.707,86
Receitas Patrimoniais	1.294.150,68	1.246.969,69
Receitas Financeiras	2.036.213,49	193.273,39
Donativos e Contribuições	1.789.238,86	587.548,63
Outras Receitas	1.853.371,39	1.766.114,28
Auxílios e Subvenções	24.531.522,29	7.645.801,87
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS:	(3.807.997,61)	(4.940.563,72)
(-) Despesas Tributárias e Financeiras	(2.843.107,34)	(4.415.643,04)
(-) Outras Despesas	(183.315,55)	(253.643,53)
(-) Sociais e Assistenciais	(676.043,92)	(262.139,31)
(-) Perdas com Convênios	(105.530,80)	(9.137,84)
RESULTADO OPERACIONAL	11.979.470,67	893.972,73
SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO	11.979.470,67	893.972,73

As Notas Explicativas são parte integrantes das demonstrações contábeis


 João Batista Gravina
 Presidente
 CPF 262.450.270-04


 Alexander Kramer Guimarães
 Contador
 CRC/RS 078.259/O-0

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)			
CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	VARIAÇÕES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(6.401.517,09)	41.244.937,43	34.843.420,34
Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Auxílios e Subvenções Patrimoniais			
Transferido p/Patrimonio	5.354.987,09	(5.354.987,09)	
Ajustes dos Exercícios Anteriores	-	1.681.853,85	1.681.853,85
Superávit em 2019		893.972,73	893.972,73
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.046.530,00)	38.465.776,92	37.419.246,92
Ajustes de Avaliação Patrimonial			-
Transferido p/Patrimonio	893.972,73	(893.972,73)	
Auxílios e Subvenções Patrimoniais		-	-
Ajustes dos Exercícios Anteriores		(203.049,70)	(203.049,70)
Superávit em 2020		11.979.470,67	11.979.470,67
SALDO EM 31/12/2020	(152.557,27)	49.348.225,16	49.195.667,89

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


 João Batista Gravina
 Presidente
 CPF 262.450.270-04


 Alexander Kramer Guimarães
 Contador CRC/RS 078.259/O-0

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO PATRIMONIO CIRCULANTE LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS			
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)			
ANO CONTAS	2020	2019	VARIAÇÃO
ATIVO CIRCULANTE	43.442.894,24	34.098.245,23	9.344.649,01
PASSIVO CIRCULANTE	(26.172.928,68)	(27.258.607,71)	1.085.679,03
PATRIMÔNIO CIRCULANTE LÍQUIDO	17.269.965,56	6.839.637,52	10.430.328,04

DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO PATRIMONIO CIRCULANTE LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS			
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)			
ANO CONTAS	2019	2018	VARIAÇÃO
ATIVO CIRCULANTE	34.098.245,23	24.886.015,20	9.212.230,03
PASSIVO CIRCULANTE	(27.258.607,71)	(27.774.461,21)	515.853,50
PATRIMÔNIO CIRCULANTE LÍQUIDO	6.839.637,52	(2.888.446,01)	9.728.083,53

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis


 João Batista Gravina
 Presidente
 CPF 262.450.270-04


 Alexander Kramer Guimarães
 Contador
 CRC/RS 078.259/O-0

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (D.V.A.)				
	2020	%	2019	%
RECEITAS	134.915.051,56		118.035.423,94	
Receitas de Prestação de Serviços	106.740.919,02		108.035.959,16	
Outras Receitas Operacionais	28.174.132,54		9.999.464,78	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(37.511.825,91)		(32.286.823,45)	
Custos de Manutenção das Atividades	(10.835.499,94)		(8.691.775,70)	
Materiais, serviços de terceiros e outros	(26.676.325,97)		(23.395.047,75)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	97.403.225,65		85.748.600,49	
Depreciações	(4.458.193,12)		(4.481.423,29)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	92.945.032,53		81.267.177,20	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	3.330.364,17		1.440.243,08	
Aluguéis	1.294.150,68		1.246.969,69	
Resultado Financeiro	2.036.213,49		193.273,39	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	96.275.396,70	%	82.707.420,28	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	80.776.774,77	83,90	77.135.665,20	93,26
Governo	48.864,23	0,05	78.505,17	0,09
Assistência Social	676.043,92	0,70	262.139,31	0,32
Despesas Financeiras	2.794.223,11	2,90	4.337.137,87	5,24
Superávit / Déficit apurado no exercício	11.979.470,67	12,44	893.972,73	1,08
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	96.275.396,70	100	82.707.420,28	100

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


João Batista Gravina
Presidente
CPF 262.450.270-04


Alexander Kramer Guimarães
Contador
CRC/RS 078.259/O-0

Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto	dez/20	dez/19
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido	11.979.470,67	893.972,73
Ajustes por:		
Depreciação	4.151.737,01	4.150.428,30
PCLD	14.116,94	-27.591,91
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Despesas de juros - provisionados	1.683.529,68	2.807.775,31
Ajustes de Exercício Anteriores	-203.049,70	1.681.853,85
Fluxo de caixa das atividades operacionais	17.625.804,60	9.506.438,28
Convênios a receber	737.161,84	-3.272.193,62
Pré-faturamento a receber	410.180,42	-1.757.436,22
Auxílios e subvenções a receber	-334.306,46	188.379,44
Outras contas a receber	2.266.586,35	-4.878.151,89
Variação nos estoques	-2.396.394,24	374.842,62
Despesas Antecipadas	-52.702,54	70.773,67
Realizável a longo prazo (depósitos judiciais e outros)	469.312,82	5.095.481,51
Fornecedores	-387.514,81	-2.258.461,82
Obrigações, trabalhistas, fiscais e sociais	282.409,05	584.249,27
Outras obrigações (Unimed, Subvenções e outros)	1.381.922,74	241.780,12
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	20.002.459,77	3.895.701,36
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Investimentos	-530.270,35	-588.847,95
Compra de ativo imobilizado	-3.954.384,94	-2.962.528,33
Compra de intangíveis	37.495,86	687,91
Auxílios e Subvenções (compra de ativo)	-3.109,54	148.488,82
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	-4.450.268,97	-3.402.199,55
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimo	3.425.607,97	4.725.584,82
Amortização de empréstimo	-4.818.180,22	-2.329.009,37
Juros sobre empréstimo	-1.683.529,68	-2.807.775,31
Conta Garantida	-1.734.933,85	-810.851,63
Empréstimo Dívida do Estado	-718.133,70	755.769,36
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	-5.529.169,48	-466.282,13
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	10.023.021,32	27.219,68
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	929.030,11	901.810,43
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	10.952.051,43	929.030,11


 João Batista Gravina
 Presidente
 CPF 262.450.270-04


 Alexander Kramer Guimarães
 Contador
 CRC/RS 078.259/O-0

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

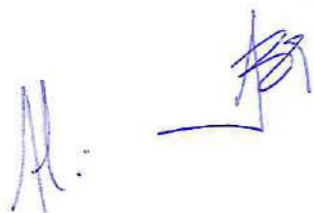
A **SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO**, mantenedora do **HOSPITAL BRUNO BORN**, fundada em 10/07/1931, com seus atos constitutivos arquivados no cartório do registro especial da Comarca de Lajeado- RS, sob nº 144, do Registro de pessoas jurídicas, em 23/05/1958, livro 1-A, fls. 062, reconhecida de utilidade Pública Municipal pelo decreto nº 782, de 25/04/1962 da Prefeitura Municipal de Lajeado-RS, com Registro na Secretaria do trabalho e Ação Social do Estado do Rio Grande do Sul sob nº 100264. É uma entidade filantrópica Registrada no CNES (CNAS) sob nº 22522/87 - Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos conforme Portaria Nº 2.180 SAS/MS, Dou em 21/12/2016, não remunerando seus diretores, o Conselho Fiscal, nem os sócios, aplicando o Superávit, eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades estatutárias ou inversão Patrimonial, aplica suas rendas totalmente no país.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, especialmente a ITG 2002 aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem fins lucrativos.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) **Aplicações de Liquidez Imediata:** As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;



- b) **Ajustes a Valor Presente:** Os Ativos e Passivos de longo ou de curto prazo que sofreram efeitos relevantes estão ajustados a valor presente, tomando-se por base a data de origem da transação;
- c) **Obras em Andamento:** As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais.
- d) **Depreciações:** Foram calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação em vigor, levando em conta a vida útil-econômica dos bens.
- e) **Amortizações:** Foram calculadas pelo método linear às taxas admitidas pela legislação em vigor;
- f) **Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.
- g) **Provisão para Impairment de Contas a Receber:** Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade (análise dos títulos a receber em aberto), e assim atendendo a ITG 2002.
- h) **As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

As receitas prestadas a Secretária de Saúde (SUS), proveniente das internações, são registradas na competência do envio do protocolo do paciente, podendo os custos dos serviços prestados serem registrados em competências diferentes. As distorções que esses fatos podem refletir na apuração do resultado de cada período não têm sido relevantes.

As receitas supramencionadas ficam sujeitas à revisão e aprovação por parte da Secretaria Regional de Saúde, gestora do Sistema Único de Saúde.

- i) **Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.
- j) **Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulante.

NOTA 4 – OUTROS DEVEDORES

No ano de 2020 a instituição recebeu o valor de R\$ 7.629.856,80 referente processo SUS IAC/IGH. A operação de adiantamento com a cooperativa Unimed referente precatório no valor de R\$ 3.500.000,00 foi liquidada.



	2020	2019
Clientes Diversos	376.996,21	565.818,61
Processo SUS IAC/IGH C.P	0,00	7.629.856,80
(-) Adiantamento Unimed	0,00	-3.500.000,00
Total	376.966,21	4.695.675,41

NOTA 05 – ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo de aquisição, que não superam os preços de mercado e referem-se somente aos produtos e materiais, na data do balanço.

ESTOQUES	2020	2019
Medicamentos	1.530.512,24	854.524,90
Material de Diagnósticos	24.979,69	25.673,35
Impressos e Material de Expediente	82.663,83	73.050,48
Material Médico Hospitalar	1.763.027,98	790.066,78
Material de Limpeza e Higiene	95.781,08	52.459,05
Materiais Elétricos e Manutenção	281.567,57	101.852,79
Nutrição	59.227,98	57.502,16
Costura Tecido e Confecção	166.298,26	67.407,73
OPME - Órtese e Prótese	407.951,56	48.974,24
Material de Copa e Cozinha	79.154,51	26.420,98
Material de Informática	64,43	102,33
Merc. Estoque em Poder de Terceiros	12.534,05	9.334,15
Total	4.503.763,18	2.107.368,94



NOTA 06 – DESPESAS ANTECIPADAS

Este grupo é composto pelos seguros, despesas com assinaturas e despesa com informática a apropriar cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte, e estão representadas pelo seu valor nominal.

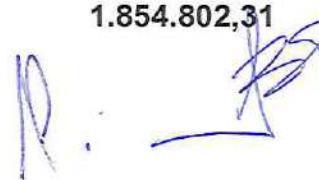
Despesas Antecipadas	2020	2019
Seguros a apropriar	1.542,86	1.514,15
Despesas c/assinaturas	570,00	427,50
Despesa c/Informática a apropriar	67.196,95	66.145,62
Total	69.309,81	68.087,27

NOTA 07 – ATIVO NÃO-CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, INVESTIMENTOS)

Este grupo está composto por investimentos financeiros, depósitos a recuperar e processos a receber, valores cujos vencimentos ultrapassam o exercício subsequente.

Realizável Longo Prazo	2020	2019
Depósitos para Recursos	39.873,19	39.873,19
Invest. Fin. Capitalização	282.266,00	679.135,50
Aplicação Financeira p/Aquisição	4.718,28	1.608,74
Despesas a apropriar	116.316,68	137.280,00
Processos a Receber	2.631.162,37	2.631.162,37
Total	3.074.336,52	3.489.059,80

Investimentos	2020	2019
Adiantamento Consórcio Banrisul	2.063.945,72	1.641.856,57
Adiantamento para Consórcio Unicred	177.005,16	74.755,02
Cotas Unicred	83.680,14	79.397,03
Cotas Sicredi	60.441,64	58.793,69
Total	2.385.072,66	1.854.802,31



NOTA 08 – ATIVO NÃO-CIRCULANTE (IMOBILIZADO E INTANGÍVEL)

O valor de recuperação dos bens e direitos imobilizados e intangíveis são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios de taxas de depreciação, amortização:

	2020	2019
Imóveis em Uso	66.134.813,61	65.184.998,59
Bens de Uso	36.010.461,79	33.005.891,87
Bens Intangíveis	1.159.009,02	1.196.504,88
Depreciações e Amortização	(37.931.747,85)	(33.780.010,84)
Total	65.372.536,57	65.607.384,50

NOTA 09 - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS (PASSIVO CIRCULANTE)

As obrigações foram cumpridas no prazo respeitando suas competências e seus vencimentos.

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Estão representadas pelo seu valor nominal, original e representam o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

NOTA 11 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício (superávit ou déficit) ocorrido, dos auxílios, das subvenções e doações recebidas, dos ajustes de avaliação patrimonial e dos ajustes de exercícios anteriores.



	2020	2019
Patrimônio Líquido	49.195.667,89	37.419.246,92

NOTA 12 – DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Superávit do exercício 2019, já aprovado em Assembleia em 10/08/2020, foi incorporado ao Patrimônio Social. O Superávit do exercício de 2020 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências Legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002, item 15 o qual descreve que o valor superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O Superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

NOTA 13 – SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS

São provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização.

A Entidade, para a contabilização de suas subvenções governamentais, as doações, subvenções e contribuições para custeio foram contabilizadas pelo regime de competência em contas de receita. A entidade contabilizou no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual e Municipal:

	2020	2019
Auxílios Subvenções Federais	22.715.993,95	5.995.152,00
Auxílios Subvenções Estaduais	1.440.072,72	1.322.432,72
Subvenções Sociais Estaduais	53.436,22	0,00
Auxílios e Subvenções p/ Aquisição de Imobilizado	322.019,40	328.217,15
Total	24.531.522,29	7.645.801,87

NOTA 14 – COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

	Modalidade	Valor segurado
Prédio, máquinas e equipamentos	Prédio / Conteúdo	68.268.000,00
Veículos	Seguro Total	250.000,00
	Total	68.518.000,00

NOTA 15 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A Instituição, no atendimento aos seus objetivos e em conformidade com a Lei 12.101 de 27/11/2009, Art. 4º, ofertou a prestação de todos os seus serviços hospitalares ao SUS no percentual mínimo de sessenta por cento. O valor de atendimentos ambulatoriais e internações de paciente-dia ao SUS no ano de 2020 atingiu o percentual de 85,41% de atendimentos, cumprindo o mínimo exigido pela Legislação em vigor.

Demonstrativo de calculo:

	Total	%
PACIENTES DIA - SUS	31.261	75,41
PACIENTES DIA - NÃO SUS	10.195	24,59
TOTAL	41.456	

% PACIENTES DIA – SUS	
INTERNADO	75,41%
% SUS – AMBULATORIO	10,00%
TOTAL ATENDIMENTO SUS	85,41%



NOTA 16 - ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

A Entidade está isenta de pagamento da quota previdenciária patronal (INSS), por atender às disposições da Lei nº 12.101 de 17 de Novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de Maio de 2014. Tais isenções de foram contabilizadas como se devidas fossem, no montante a seguir demonstrado:

Isenções	2020	2019
Contribuições Sociais (Cota Patronal, Terceiros, SAT, Autonomos, Cooperativas).	10.930.248,28	10.297.982,74

NOTA 17 – DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Eventualmente a entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 14º item b, conforme demonstrativo abaixo:

	2020	2019
Doações Pessoas Físicas	6.261,62	9.950,00
Doações Pessoas Jurídicas	1.782.977,24	577.598,63
Total	1.789.238,86	587.548,63

NOTA 18 – OUTRAS OBRIGAÇÕES – NÃO CIRCULANTES

A Instituição firmou convênio com a FUVATES - Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social, em 18 de dezembro de 2013, com o objetivo de viabilizar a execução do projeto de ampliação do CTA, ficando ajustados os seguintes:

- O HBB executará a ampliação do CTA.
- A FUVATES arrenda do HBB a área construída no CTA, correspondente aos pavimentos de números 12 e 13 desse edifício.
- Pelo arrendamento a FUVATES pagou ao HBB, antecipadamente a quantia de R\$ 6.968.000,00.
- O arrendamento terá vigência de 38 anos e seis meses, com termo inicial em 01/09/2016 e com termo final 28/02/2055.



NOTA 19 – EMPRÉSTIMOS FINANCEIROS

A instituição realizou empréstimo junto a Banco Banrisul referente valor da dívida do Governo do Estado conforme os programas estaduais em atraso. Onde o Estado fica responsável pelo pagamento das 8 parcelas. O valor correspondente à parcela será repassado pelo Estado e entrará na conta do hospital até o dia do vencimento.

Valor do saldo do financiamento: **R\$ 645.475,35**

NOTA 20 – AJUSTE DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES

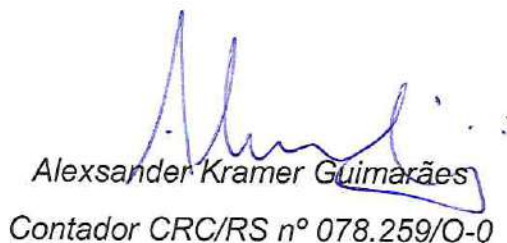
Realizado estorno no valor de R\$ 203.049,70 na conta de receita com premiações, referente lançamento realizado em 2017, relativo a título de capitalização recebido.



João Batista Gravina

Presidente

CPF nº 262.450.270-04



Alexsander Kramer Guimarães

Contador CRC/RS nº 078.259/O-0

CPF nº 820.328.310-15

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria da
SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO
Lajeado – RS

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas inevidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do Valor Adicionado – Examinamos, também, a demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cuja apresentação é requerida pela legislação brasileira e normas contábeis brasileiras, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida ao mesmo procedimento de auditoria descrito anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 30 de março de 2020, o qual não conteve qualquer modificação.

Porto Alegre, 29 de março de 2021

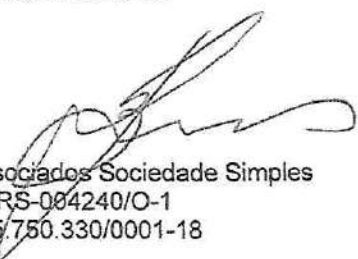


Nilton Antonio Tiellet Borges

Contador CRC/RS-015233/O-8 - CNAI 81

Registro CVM Ato Declaratório 5417, DOU 14/05/99 - Código CVM 7722

CPF 005.449.140-15



TSA Auditores Associados Sociedade Simples

CRC RS-004240/O-1

CNPJ 05.750.330/0001-18

SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO

HOSPITAL BRUNO BORN

Av. Benjamin Constant, 881

Centro

Lajeado – RS

CGC/MF nº 91.162.511/0001-65

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E CARIDADE DE LAJEADO** – Hospital Bruno Born, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e com base em todos os termos do Parecer dos Auditores Independentes da TSA - Auditores Associados SS, e após o exame do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, tudo referente ao exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020, decide:

Considerar formalmente corretas as Demonstrações Financeiras como Expressão das atividades e do Resultado final do exercício, recomendando a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária a ser convocada conforme previsão Estatutária.

Lajeado – RS, 13 de abril de 2021.



Oto Roberto Moerschbaecher

Conselheiro

CPF: 297.696.710-53



Silvino Huppel

Conselheiro

CPF: 161.089.490-15



Valmor Arsildo Kappler

Conselheiro

CPF: 299.108.030-20